

Programa Alfabetização Solidária: uma estratégia de sucesso para a educação de jovens e adultos no Brasil

Regina Célia Vasconcelos Esteves

O Programa Alfabetização Solidária foi criado em 1997 pelo Conselho da Comunidade Solidária – um fórum de desenvolvimento de ações sociais cuja base de funcionamento é a parceria entre Governo federal, iniciativa privada e sociedade civil. Atualmente é gerenciado por uma organização não-governamental – Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS) – uma entidade do terceiro setor, sem fins lucrativos e de utilidade pública, composta de uma equipe de 220 consultores em Brasília, capital federal do Brasil.

Com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo no Brasil e de expandir o acesso de jovens e adultos à educação nos municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo no país, o Programa apresenta hoje resultados significativos. Desde sua implantação até o ano de 2001, mais de 2,4 milhões de jovens e adultos brasileiros foram beneficiados.

A estrutura do Programa foi elaborada visando o favorecimento de ações que fortaleçam a sociedade civil, suas relações com as diversas esferas governamentais e as parcerias necessárias para que a institucionalização da EJA seja um percurso natural após o processo de alfabetização.

Assim, desenvolveu uma fórmula simples e inovadora, baseada na articulação e a participação efetiva entre diversos setores da sociedade – empresas, instituições, organizações, Governos estaduais, Instituições de Ensino Superior, pessoas físicas, prefeituras e o Ministério da Educação. Cada um deles contribui de acordo com sua área de atuação, na igual condição de sujeitos do processo educacional do país.

Nesse sentido, esta apresentação considera que a alfabetização é apenas o primeiro passo no caminho do conhecimento. O Programa tem, portanto, metas que suplantam sua própria dimensão e viabiliza, por meio de parcerias, projetos que venham ao encontro da implantação institucionalizada da EJA nos municípios em que atua.

O presente documento procura descrever brevemente sobre a atuação e o modelo de parcerias implementado pelo Programa “Alfabetização Solidária”, como uma estratégia nacional de sucesso para apoiar a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos nas localidades mais pobres do Brasil. Em um segundo momento, pretende mostrar o impacto desta iniciativa nos dados de analfabetismo e no trabalho dos próprios parceiros. Por fim, são apresentadas reflexões finais sobre este impacto.

(I) Atuação Nacional

Desde 1997, o Programa “Alfabetização Solidária” tem se desenvolvido a partir das seguintes características:

a) critério de atuação: o Programa atua nos municípios com os índices mais elevados de analfabetismo, com base no ranking do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os municípios que mais padecem com a falta de recursos e/ou concentração de renda, são aqueles que detêm os mais acentuados índices de analfabetismo e, nesse sentido, são atendidos pelo Programa.

b) mobilização nacional: a atuação desencadeou um movimento nacional permanente e multiplicador de ações no combate ao analfabetismo, contribuindo significativamente para o processo de institucionalização da oferta pública de educação de jovens e adultos.

c) busca e incentivo às parcerias: a iniciativa consolidou um modelo solidário, unindo parceiros de diversos setores da sociedade. A assim chamada “engenharia de parcerias”, expressão cunhada pelo Diretor-Geral do Instituto de Educação da UNESCO em Hamburgo, evoca a participação de instituições públicas e privadas de acordo com sua área de atuação na sociedade.

d) mobilização da juventude: o Programa prioriza, na seleção dos seus alfabetizadores, jovens das próprias comunidades atendidas, que tenham cursado ou estejam cursando o ensino médio e o magistério, preferencialmente. Estes jovens alfabetizadores passam por um treinamento nas instituições de ensino superior e recebem uma bolsa-auxílio para desempenhar a função de professor.

e) diversidade pedagógica: cada instituição de ensino superior parceira do Programa (universidade, faculdade ou centro universitário) tem autonomia para estabelecer as metodologias que julgue adequadas ao desenvolvimento dos módulos de alfabetização, tendo como parâmetro o documento “Princípios Norteadores para a Proposta Político-Pedagógica do Programa”¹.

f) avaliação sistemática de seus resultados: como imperativo ético e estratégia do Programa, a avaliação permanente proporciona o controle social sobre os projetos destinados a melhorar a vida dos cidadãos brasileiros; permite eventuais correções de rumos pedagógicos, a permanência dos métodos aplicados e, ainda, a possibilidade de mensurar a extensão de suas ações e o grau de aderência das comunidades beneficiadas ao Programa. Tem, assim, como linha orientadora sua permanente busca pela transparência exigida pela sociedade brasileira.

Um relatório anual contendo todas as informações do desenvolvimento do Programa já é parte integrante dos procedimentos institucionalizados de monitoramento, avaliação e divulgação de resultados alcançados nas atividades educacionais, operacionais e de mobilização, bem como resultados físico-financeiros. Vale ressaltar que esta transparência, quer no aspecto pedagógico, quer na aplicação dos recursos financeiros, é responsável, em grande parte, pela adesão de novos parceiros e pelo crescimento ininterrupto do Programa, dando-lhe um caráter de construção permanente.

(II) O Modelo de Parcerias do “Alfabetização Solidária”

O modelo do Programa se apóia em módulos de ensino de 6 meses. Em cada módulo, o processo se inicia na seleção de alfabetizadores, que são pessoas da própria comunidade. Um mês, em média, é reservado para a capacitação destes alfabetizadores, realizada no campus da instituição de ensino superior parceira, e cinco meses de cursos para os alfabetizando (alunos), com quatro aulas por

¹ Os “Princípios Norteadores” constituem-se em instrumento de trabalho para as universidades parceiras. Têm por objetivo oferecer referências político-pedagógicas às práticas desenvolvidas em sala de aula. Do ponto de vista político, é possível ressaltar a preocupação de uma educação voltada ao favorecimento do exercício da cidadania. A orientação é a de que educar para o exercício da cidadania exige que se tenha uma visão dos alunos como cidadãos, e não como objetos receptores de informação. Politicamente, portanto, o aluno do Alfabetização Solidária encontra-se na condição de sujeito que adquire novos meios para conquistar e expressar sua cidadania. Por outro lado, a proposta pedagógica exercida em sala de aula deve ocupar-se do texto e da educação matemática como disciplinas vivas. Ou seja, os conteúdos precisam ser significativos para os alunos e para o contexto em que vivem. A incorporação da alfabetização e a sua utilização na vida cotidiana é o que garante que ela se torne efetivamente um elemento importante no processo do exercício da cidadania.

semana, de três horas cada. No final do módulo, os alunos atendidos são orientados a ingressar na rede formal de educação de jovens e adultos do município.

Em cada município atendido existe também um coordenador técnico-administrativo, responsável pelo andamento e acompanhamento da implantação do Programa *in loco*. Por seu trabalho, recebe uma bolsa-auxílio mensal no valor de R\$ 200,00 (US\$ 62.50) ao mês, durante 5 meses. Já o valor da bolsa dos alfabetizadores e do coordenador pedagógico é de R\$ 120,00 (US\$ 37.50)².

A cada módulo há, ainda, renovação dos alfabetizadores, o que possibilita a capacitação de outras pessoas da comunidade, que, muitas vezes, são absorvidas pela rede oficial de ensino e se tornam líderes comunitários. Ademais do efeito multiplicador permanente, percebe-se que o modelo foi formulado de maneira a favorecer a descentralização e o fortalecimento da sociedade.

Cabe ressaltar que, no referido processo, cada IES tem autonomia para compor metodologicamente a capacitação, bem como sua carga horária, observando a coerência entre o currículo e a proposta político-pedagógica do Programa. Tal proposta coloca educadores e educandos como sujeitos de aprendizado e de seu aperfeiçoamento. Com o intuito de conferir à ação pedagógica do Programa uma perspectiva diversificada, a proposta considera:

- a) a relação entre o letramento e o exercício da cidadania para garantir o desenvolvimento de um saber crítico contextualizado;
- b) o estabelecimento de diálogo intercultural que incorpore ao processo de ensino-aprendizagem a prática do aluno;
- c) a consciência de que alfabetizador e alfabetizando são sujeitos de um processo de permanente apropriação e construção de conhecimento;
- d) o estabelecimento de compromisso de solidariedade e responsabilidade social, traduzido pela compreensão de um processo que extrapola ações pontuais e isoladas, demandando um movimento de participação coletiva; e
- e) o recrutamento de alfabetizadores na própria comunidade, ampliando a possibilidade de incorporar os valores culturais, lingüísticas, organizacionais e produtivas de cada comunidade.

(III) O Papel dos Parceiros

Iniciado em 1997, em seu primeiro módulo, o projeto-piloto alcançava apenas 38 municípios (com índices de analfabetismo na faixa de 63% a 82%), com 38 IES parceiras e somente 11 empresas. Hoje, o Programa atua em 2.010 municípios, distribuídos em sete regiões metropolitanas e mais de 20 Estados brasileiros. Conta com a parceria de 204 instituições de ensino superior (1.700 professores universitários) e 93 empresas. Até dezembro de 2001, foram atendidos 2.410.000 alunos e capacitados mais de 120.000 alfabetizadores, em sua maioria (60%) oriundos da zona rural.

O modelo de parcerias evoluiu qualitativa e quantitativamente quanto ao compromisso, às funções e à adesão das parcerias. O papel de cada parceiro é definido em conformidade com sua função social, conforme seguem:

² As referências de valores entre a moeda brasileira (real) e o dólar norte-americano consideraram o câmbio de 1 dólar norte-americano = 3,20 reais.

1) Instituições de Ensino Superior:

A comunidade acadêmica (instituições de ensino superior federais, estaduais, comunitárias, privadas) é encarregada da execução pedagógica do Programa nos municípios atendidos. A independência das instituições na escolha de teorias e práticas pedagógicas é fundamental à vocação democrática do Programa e está inserida nos princípios político-pedagógicos anteriormente mencionados.

São responsáveis desde o projeto inicial de execução até a supervisão de resultados, passando pelas avaliações permanentes. Isto é, tem a atribuição de selecionar e capacitar alfabetizadores, de efetuar o acompanhamento e a avaliação do andamento das aulas e dos resultados quantitativos e qualitativos de alfabetização e de letramento.

Sua parceria é institucional e, na maioria das vezes, os projetos de participação são inseridos na esfera de atuação das pró-reitorias de extensão das universidades e o trabalho de execução é realizado voluntariamente por membros do corpo docente.

2) Setor Privado:

Empresas, instituições financeiras, fundações corporativas, dentre outras, participam do Programa doando recursos financeiros necessários para a execução das ações nos municípios mais pobres nas regiões Norte e Nordeste do país. Estes recursos se destinam ao financiamento dos custos de capacitação dos alfabetizadores e de suas bolsas mensais, da merenda diária dos alunos e dos deslocamentos para avaliação mensal e semestral dos resultados alcançados, o que representa 50% do custo por aluno, cerca de 17 reais (US\$ 5.32) mensais, durante 6 meses.

Tendo a responsabilidade social como eixo de sua participação, é cada vez maior a disposição do setor privado em cumprir seu papel social no compromisso de construir um país melhor. As empresas parceiras contam com um importante mecanismo de acompanhamento de resultados pedagógicos, podendo monitorar todo o processo de alfabetização e o destino de seus investimentos, seja por meio de realização de visitas aos municípios adotados, verificando *in loco* os resultados, seja por meio dos relatórios anuais de prestação de contas anteriormente mencionados.

3) Sociedade Civil:

A sociedade civil participa do Programa por meio da adesão que permite o financiamento de alunos nos grandes centros urbanos. Os chamados “cidadãos solidários” (pessoas físicas) adotam alunos nos grandes centros urbanos, por meio de débito no cartão de crédito ou depósito em conta corrente no valor de 17 reais (US\$ 5.32) mensais, por 6 meses.

O “cidadão solidário” divide com o Ministério da Educação os custos da permite que alunos de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Fortaleza e Goiânia – locais onde o índice de analfabetismo não é tão elevado, mas a concentração do número de analfabetos é grande – sejam atendidos.

4) Organizações Não-Governamentais:

São parceiras do Programa no Projeto “Grandes Centros Urbanos”, executado em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Fortaleza e Goiânia. Como desenvolvem trabalhos sociais em

comunidades desfavorecidas nestas cidades, permitem maior articulação com o público de beneficiários do Programa. Dessa forma, atuam na mobilização das comunidades para inscrição dos alunos a serem atendidos, na viabilização dos locais em que serão realizadas as aulas, garantindo as condições mínimas de infra-estrutura, além de oferecerem apoio à instituição de ensino superior na capacitação dos alfabetizadores.

5) Governo:

A parceria com diferentes níveis de Governo se dá da seguinte forma:

1. O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC) financia a aquisição do material didático e de apoio e kits de biblioteca para os municípios atendidos. Representa 50% dos custos do aluno por mês, que totaliza 17 reais (US\$ 5.32) mensais por 6 meses. O MEC também participa do fomento e financiamento da Educação de Jovens e Adultos nos municípios, que apresenta-se como ação fundamental para a continuidade da escolarização dos egressos e a sustentabilidade dos resultados pelo próprio município.
2. Órgãos, instituições financeiras, agências de fomento e empresas públicas financiam a execução do Programa nos mesmos moldes do setor privado, ou seja, contribuem com os outros 50% restantes, o que representa 17 reais (US\$ 5.32) por mês, por aluno, durante 6 meses, para cobrir o restante dos gastos, tais como merenda escolar, capacitação e pagamento de bolsa-auxílio aos alfabetizadores, avaliação e acompanhamento.
3. Os Governos estaduais aderem ao Programa da mesma forma que o setor privado, financiando a execução nos municípios de seu Estado. Ademais, adota o Programa como um modelo de alfabetização para seus municípios.
4. A administração municipal, que é a principal beneficiada e interlocutora do Programa, disponibiliza localmente toda a infra-estrutura necessária à execução do Programa – salas de aula e transporte para os alunos e alfabetizadores. A relação com o Governo local é constantemente alimentada e reforçada, pois é importante haver confiança mútua no processo de institucionalização da educação de jovens e adultos, a fim de que ela seja realizada com a agilidade necessária para assegurar sua eficácia, eficiência e efetividade. Todos os municípios parceiros recebem apoio do Programa em favor de realizar seu processo de institucionalização e oferta de Educação de Jovens e Adultos no ensino formal regular do município.

Dessa forma, nos municípios onde atua, os custos são cobertos pelas empresas, instituições ou Governos Estaduais parceiros do Programa e pelo Ministério da Educação; já nas regiões metropolitanas, o valor é dividido entre o Ministério e pessoas físicas, que aderem à Campanha “Adote um Aluno”.

(IV) O Sucesso da Rede de Parcerias

O sucesso da estratégia adotada pelo Programa “Alfabetização Solidária” pode ser considerado a partir da análise do impacto causado pela iniciativa nos dados do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil e nos próprios parceiros do Programa, que também são beneficiados localmente com sua atuação. Os resultados são estimulantes e comprovam, de fato, que o Programa se consolidou como uma das mais importantes ações da história da educação de jovens e adultos no Brasil.

1) Impacto nos Dados do Analfabetismo no Brasil

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano 2000 confirma os impactos positivos do Programa sobre os índices de analfabetismo. Divulgados em dezembro de 2001, os referidos dados mostram que o Programa contribuiu efetivamente para diminuição do índice durante a última década. Segundo o IBGE, houve uma redução de 32,3% no índice nacional de analfabetismo do grupo composto por jovens e adultos acima de 15 anos de idade. Em 1991, o índice nacional de analfabetismo era de 20,07%, passando para 13,6% em 2000.

Em seu relatório final, o IBGE afirma que “(...) *esta melhoria reflete, em parte, os esforços do Programa Alfabetização Solidária (organização não-governamental) que tem por objetivo reduzir os índices de analfabetismo no Brasil e desencadear a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos*”. A redução mais significativa do índice se deu nas regiões Norte e Nordeste, onde está situada a maior parte dos municípios atendidos pelo Programa. No Nordeste, o índice caiu de 37,5% em 1991 para 24,6% em 2000, ou seja, uma queda de 12,9%; no Norte, a queda foi de 8,3%. Nas regiões Sul e Sudeste, a queda foi de cerca de 4%.

Outro dado importante diz respeito à redução de analfabetismo na zona rural, onde o Programa possui mais de 70% de suas salas de aula implantadas. Pelo novo censo, a redução do índice de analfabetismo na zona rural foi de 12,5%, enquanto a redução média nacional foi de 7%.

O Programa também tem conseguido garantir a continuidade de seus resultados e a institucionalização do acesso à educação de jovens e adultos. Mais de 74% dos municípios atendidos pelo Programa até dezembro de 2000 iniciaram cursos de educação de jovens e adultos desde a implantação do Programa. Também as matrículas em cursos de educação de jovens e adultos aumentaram em 114% nos referidos municípios; a média nacional de aumento de matrícula foi de 42%, conforme dados do censo escolar de 2000/2001, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC).

2) Impacto nos Parceiros

O sucesso da “engenharia de parcerias” do Programa pode não apenas ser comprovado pelo crescimento de seus números ao longo dos últimos 5 anos de atuação, mas também pelo impacto da iniciativa na vida das pessoas, cujas transformações foram desencadeadas pelo ingresso no Programa, as ações governamentais e da sociedade civil.

Refere-se, ainda, ao próprio conceito de parceria desenvolvido nos últimos anos pelo terceiro setor. O modelo desenvolvido pelo Programa mostra que a parceria não precisa limitar-se a ações pontuais, localizadas ou regionais, mas que pode se estender a objetivos de fundamental relevância no quadro nacional e, igualmente, internacional. Portanto, considera-se também o resultado e o impacto que esta parceria provoca em cada parceiro.

2.1) Na esfera da iniciativa privada, o ponto forte do Programa foi ter conseguido resgatar o sentido da responsabilidade social, tema atualmente constituinte das pautas nacionais entre empresários e sociedade brasileira.

Embora o Programa tenha sido concebido como um projeto para o atendimento direto dos alunos, comprovou-se que o benefício também é mútuo e que as empresas socialmente responsáveis recebem uma resposta positiva da sociedade, sobretudo porque atuam sem interesse

mercadológico direto, já que investem num Brasil distante da realidade de seus funcionários e, em grande parte, de seus consumidores.

Hoje, mais de 50% das empresas parceiras do Programa são dos grandes centros urbanos do sudeste do país e o município adotado está em um Brasil regional, social e economicamente distante.

2.2) No âmbito das instituições de ensino superior, ocorreram mudanças significativas. A participação no Programa resultou em expressiva produção acadêmica em torno do problema do analfabetismo e da educação de jovens e adultos no país. Também, foram criadas e iniciadas, na grade curricular da graduação, disciplinas específicas na área; foram estabelecidos cursos de especialização, bem como novas orientações teóricas e práticas, seja nos cursos de Pedagogia, seja em áreas afins.

As instituições de ensino superior ocuparam um espaço que havia sido interrompido pela história recente do Brasil. Antes da criação do Programa, menos de 10 instituições de ensino superior trabalhavam com educação de jovens e adultos. Hoje já são mais de 204.

O Programa também desencadeou um fórum de discussões no Brasil e abriu canais de comunicação. A formulação da proposta político-pedagógica, a revista científica editada semestralmente pelo Programa, os seminários e congressos desenvolvidos com o fomento do Programa possibilitam um encontro de diferentes teorias e práticas elaboradas e executadas pela comunidade acadêmica.

Os indicadores são claros nesse sentido: 42% das instituições parceiras passaram a desenvolver projetos de educação de jovens e adultos depois do Programa; 46% desenvolveram a produção científica nesta área e 63,5% aproveitaram a experiência no Programa para o desenvolvimento de projetos de extensão. Além disso, 44,2% estabeleceram novas parcerias, 40% passaram a participar de outros programas sociais e outros 48% intensificaram sua atuação nesses programas.

No que se refere à relação entre as instituições de ensino superior e os municípios em que atuam, 38,5% aproveitaram a capacitação continuada dos alfabetizadores para capacitar, nas próprias cidades, professores da rede formal de ensino, e 61% participam de outras ações nestes municípios.

Pode-se afirmar, portanto, que o Programa “Alfabetização Solidária”, levando os professores voluntários para um Brasil desconhecido, estimulou a aproximação entre o mundo acadêmico e a realidade das comunidades distantes dos grandes centros urbanos. A consolidação do Programa permitiu que 73% das instituições aumentassem o número de Estados em que atuavam, que 84,6% aumentassem o número de municípios e 92% o número de alfabetizadores capacitados.

2.3) O impacto do “Alfabetização Solidária” também pode ser notado no campo governamental.

Na esfera federal, foi criado pelo Ministério da Educação um programa específico para financiar o atendimento dos alunos egressos do “Alfabetização Solidária” no ensino formal para jovens e adultos.

No nível estadual, criou-se uma conscientização sobre a importância da luta contra o analfabetismo, definida como um dos itens prioritários da agenda social dos Governos estaduais. Hoje,

7 Governos estaduais desenvolvem ações conjuntamente com o Programa para atender sua população não-alfabetizada.

Na administração municipal, constata-se a conscientização crescente em favor da importância da oferta de educação para a população local, expressa pela institucionalização da educação formal de jovens e adultos. Além disso, podem ser constatados benefícios à comunidade atendida, tais como aumento da escolaridade da população, melhoria da infra-estrutura no entorno das escolas, estímulo à participação da comunidade nos Conselhos Municipais, melhor organização e participação voluntária das famílias nas escolas.

2.4) Quanto aos avanços pedagógicos, é notável a contribuição para a formação de uma sociedade letrada, na medida em que o processo de aquisição da língua escrita pelos alfabetizando trabalha o texto não apenas como objeto lingüístico, mas como objeto lingüístico social.

Seu projeto político-pedagógico enfatiza que o trabalho de alfabetização deve garantir a aquisição da língua escrita na dimensão significativa, trabalhando com textos jornalísticos, científicos, poéticos e de diferentes fontes, e a aquisição e domínio do sistema gráfico. Ou seja, a compreensão do que é ler e escrever e da função social da escrita, pois o Programa só faz sentido se tiver como objetivo a introdução da escrita como mais um instrumento de cidadania, ou seja, que sua apropriação pelo indivíduo sirva para a melhor compreensão de si mesmo e da realidade em que vive.

Como se pode notar, a cada ação correspondem novas demandas e articulações geradoras de subprodutos vinculados ao Programa, o que certifica a efetividade de suas ações³. O fato de criar raízes e de promover novas iniciativas e, sobretudo, de fixar-se culturalmente, faz com que o Programa seja, desde já, um diferencial no quadro brasileiro de educação de jovens e adultos.

(V) Ultrapassando Fronteiras

A atuação internacional do Programa Alfabetização Solidária foi decorrência natural do reconhecimento que obteve no Brasil, destacando-se como um modelo de eficiência, eficácia e efetividade. Premiado e reconhecido internacionalmente, o Programa começou a expandir suas fronteiras em novembro de 2000, com cooperação técnica ao Timor Leste. A partir daí, instalou-se também em Moçambique (julho 2001) e São Tomé e Príncipe (agosto 2001).

Seu principal objetivo é apoiar o Governo local na elaboração de uma proposta nacional de educação de jovens e adultos.

O modelo dos projetos internacionais é desenvolvido nos mesmos moldes do Programa Nacional: em módulos e em parcerias, com as adaptações metodológicas e temáticas necessárias à realidade específica de cada país cooperado, de forma a garantir sua auto-sustentabilidade.

Os módulos têm duração média de 12 meses, sendo um mês para seleção e capacitação e 11 meses para aulas. Incluem a seleção e capacitação de alfabetizadores, acompanhamento e avaliação dos resultados, além do estabelecimento de uma estrutura local que permita a continuidade do processo de estruturação da educação de jovens e adultos.

³ Alguns dos subprodutos do Programa Nacional do “Alfabetização Solidária” são: Projeto Grande Centros Urbanos, Projeto Ver, Projeto Alfabetização Digital, Projeto Rádio Escola e Projetos Internacionais.

Para isso, o Alfabetização Solidária também repassa sua experiência em gestão, captação de recursos, sistematização de dados e de avaliação. A sustentabilidade do projeto é baseada no modelo comunitário e de parcerias. Os projetos prevêm, ainda, o trabalho de um professor linguísta responsável por levantar dados para auxiliar na compreensão da multiplicidade e dialetos vigentes nos países.

Em contrapartida, o Governo local assegura infra-estrutura e o apoio necessários ao andamento do projeto. A iniciativa conta com a parceria da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de instituições de ensino superior brasileiras parceiras do programa nacional.

1) Timor Leste:

Foi o primeiro país a receber, em novembro de 2000, a experiência do Alfabetização Solidária. A iniciativa - batizada localmente de “Projeto Alfabetização Comunitária” - é considerada um instrumento eficaz para a re-inserção do português como idioma oficial do país e servirá de modelo para o sistema local de alfabetização inicial de jovens e adultos.

A diversidade lingüística é um desafio que o Programa enfrenta. Apenas 15% da população fala português, idioma que convive com o *bahasa* indonésio, o *tetum* e mais 35 dialetos.

O projeto começou na capital timorense (Dili) com 20 alfabetizadores e 300 alunos, em 11 salas de aula. Em agosto de 2001, foram implantadas mais 130 salas de aulas, em 13 distritos, beneficiando 3.500 pessoas, além de capacitar 150 alfabetizadores. As Universidades Santa Cecilia, UNIRIO, UNIMONTES, Mackenzie e Faculdades Interlagos são as instituições de ensino superior parceiras do Programa nesse país.

2) Moçambique:

A parceria entre o Programa Alfabetização Solidária e o Governo de Moçambique visa diminuir a taxa de analfabetismo de 60,5% daquele país. A iniciativa beneficiou, no projeto piloto, implantado em 2001, 1.000 alunos, em 40 salas de aula. Em abril de 2002, o programa foi expandido para 200 salas, atendendo hoje 7.000 alunos.

Embora o português seja o idioma oficial do país, existem mais de 25 línguas nacionais e 33 dialetos utilizados como meio de comunicação em Moçambique. As universidades parceiras do projeto internacional são: Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(PUC-RJ).

3) São Tomé e Príncipe:

O Programa Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe apóia o Governo daquele país no combate ao analfabetismo, que hoje alcança 27%. O projeto de cooperação, iniciado em setembro de 2001, é executado em 10 salas de aulas nas duas ilhas. Em setembro de 2002, prevê-se a expansão para mais 100 salas, atendendo 2.500 alunos e capacitando 120 coordenadores e alfabetizadores locais.

Nessa iniciativa, o Programa conta com as parcerias das universidades Braz Cubas, PUC-RS, PUC-MG e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

4) Cabo Verde e Angola:

A partir do segundo semestre de 2002, o Programa Alfabetização Solidária, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), estará iniciando cooperação técnica com dois outros países de língua portuguesa - Angola e Cabo Verde.

(VI) Reflexões Finais

O Programa “Alfabetização Solidária tem uma história sem precedentes na educação de jovens e adultos do Brasil. Suas metas vêm sendo superadas quantitativa e qualitativamente a cada módulo.

Apenas no ano de 2002, a meta do Programa é a de atender mais 1,2 milhões de alunos em aproximadamente 2.010 municípios. Entre as metas superadas, 4 merecem destaque, pois convertem em números alguns resultados que provocam impacto no campo da alfabetização de jovens e adultos e, conseqüentemente, em melhoria nos índices de analfabetismo.

Uma delas diz respeito à ampliação do número de municípios: em janeiro de 1997, estava presente em apenas 38 municípios. Em 2001, o Programa chegou a 1.578 municípios e grandes centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza e Goiânia. Neste ano, 2002, está sendo levado aos 2.010 municípios e a Belo Horizonte e São Luís do Maranhão.

Outra meta superada foi o número de alunos atendidos. Até dezembro de 2000, o Programa havia atendido 1.5 milhão de alunos em todo o país. Em dezembro de 2001 eram 2.4 milhões; em dezembro de 2002 este número chegará a 3.6 milhões de brasileiros. O salto é bastante significativo, especialmente quando consideramos as condições de acesso desses municípios.

O número de universidades também é crescente. Quando iniciou o Programa contava com 38 instituições de ensino superior parceiras; hoje passam de 204 em todo país. Além de coordenar os cursos do Programa, trabalham para garantir a qualidade dos projetos e produção científica capazes de gerar novos conhecimentos e, por conseguinte, novas práticas pedagógicas.

Finalmente, a quarta meta superada foi a atuação no exterior. Do projeto-piloto executado na capital timorense, Dili, até hoje, o salto foi considerável. Em dezembro de 2002, a atuação nos projetos internacionais terá como resultados totais 14.250 alunos atendidos, em 531 salas de aula, e 630 alfabetizadores capacitados, demonstrando que o modelo é respeitado e passível de ser adotado em outros países.

É evidente que o Programa Alfabetização Solidária tem promovido e estimulado no Brasil e nos países de língua portuguesa em que atua um trabalho criativo e diferenciado no campo da educação de jovens e adultos. Esta criatividade está expressa em seu próprio funcionamento interno e também na sua abrangência social, que constrói com propriedade uma relação íntima entre a educação, a incorporação de novos valores e cultura e o fortalecimento da sociedade civil.

Tem demonstrado que o analfabetismo não deve ser encarado apenas como questão educacional, mas também social. Criando um movimento altamente participativo, o Programa tem conseguido articular demandas e recursos, constituindo-se exemplo no cenário nacional e internacional. Os passos que foram dados até agora pela iniciativa são precursores no Brasil e sua força motriz está contida na participação e na responsabilidade compartilhada de todos os parceiros que conduzem este

processo. Sua efetividade é, portanto, conquista de um conjunto de parceiros.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Regina Célia Vasconcelos Esteves, 32 anos, graduada em Administração de Empresas, com Mestrado em Gestão Universitária e estágio em *The Paul University* – Chicago (Estados Unidos). Foi Pró-Reitora Comunitária e Pró-Reitora Financeira na Universidade São Marcos, em São Paulo (SP), e também Diretora de Projetos do Gabinete do Ministro da Educação. Atualmente exerce o cargo de Superintendente Executiva da Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária – AAPAS, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e de utilidade pública, criada em 1998, para gerenciar o Programa “Alfabetização Solidária”.